

POTIGUAR SUL

Demonstrações
Financeiras

31 de Dezembro de 2024

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2

1. A POTIGUAR SUL 2

1.1. Estrutura Societária 2

2. DESEMPENHO OPERACIONAL 2

3. ATIVOS EM OPERAÇÃO 3

3.1. Linhas de transmissão em operação 3

3.2. Subestações em operação 3

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA 3

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 3

5.1. Resultado Econômico-Financeiro 4

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

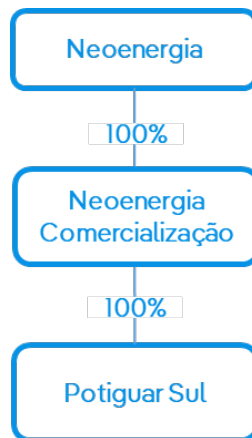
Ao apresentar os resultados de 2024, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A POTIGUAR SUL

A Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, subsidiária integral da “NC Energia S.A.”, empresa comercializadora controlada pelo Grupo Neoenergia. A Companhia tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter empreendimentos na área de transmissão de energia elétrica. Foi especificamente constituída para desenvolver o projeto da Linha de Transmissão em 500 kV Campina Grande III/Ceará-Mirim II-Circuito 2, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando aproximadamente 196 km de linha e passando por 25 municípios.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



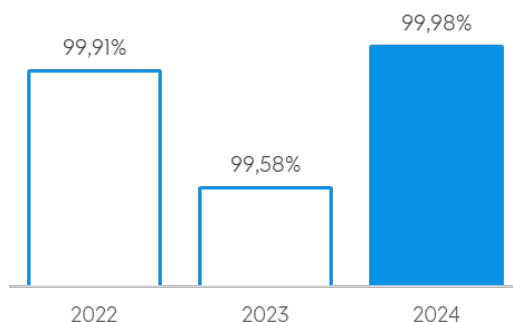
2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia foi criada após a Neoenergia lograr-se vencedora do Lote G do leilão de transmissão da ANEEL 001/2013. O Projeto consiste na construção, operação e manutenção do circuito 2 da Linha de Transmissão de 500kV com conexão nas subestações Campina Grande III, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando aproximadamente 196 km de linha e passando por 25 municípios.

Sua finalidade é escoar a geração eólica proveniente do leilão de energia de reserva de fonte alternativa de 2011, localizados no Rio Grande do Norte. Este empreendimento entrou em operação comercial em 07 de novembro de 2016 e contou com investimentos de R\$ 250 milhões.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Potiguar Sul foi de 99,98% (99,58% em 2023 e 99,91% em 2022). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Ceará Mirim II/Campina Grande I	2	500kV	190	07/11/2016	01/08/2043

3.2. Subestações em operação

Subestação em Operação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Ceará Mirim II	500kV	N/A	07/11/2016	01/08/2043
Campina Grande III	500kV	N/A	07/11/2016	01/08/2043

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2023/2024 é de R\$ 34.239 mil (R\$33.186 para o ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras				
Linha de Transmissão/Subestação	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Ceará Mirim II/Campina Grande III C-2	34.239	2029	Junho	IPCA
Ceará Mirim II				
Campina Grande III C-2				

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	35.183	36.569	(1.386)	-4%
MARGEM BRUTA	35.183	36.569	(1.386)	-4%
Custo de operação	(3.562)	(4.012)	450	-11%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.514)	(1.154)	(360)	31%
= Despesa Operacional	(5.076)	(5.166)	90	-2%
PECLD	76	(99)	175	-177%
EBITDA	30.183	31.304	(1.121)	-4%
Depreciação	(45)	(7)	(38)	543%
Resultado Financeiro	1.295	2.316	(1.021)	-44%
IR/CS	(2.250)	(2.520)	270	-11%
LUCRO LÍQUIDO	29.183	31.093	(1.910)	-6%

As despesas operacionais registraram uma redução de -2% no ano, quando comparado com 2023.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 30.183 mil, redução de 4%, em relação ao ano de 2023.

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 1.295 mil em 2024 (-44% vs. 2023). A variação é devida principalmente pelo aumento de despesa com atualização de provisões para processos judiciais, além da redução de receita com aplicações financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 29.183 mil, redução de 6% em relação ao ano anterior.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Potiguar Sul, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Potiguar Sul e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Potiguar Sul.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Potiguar Sul sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Janete Im Hayashi
Contadora
CRC nº 1 SP 303811/O-3

Sumário

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13
4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	14
5. RESULTADO FINANCEIRO	16
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	16
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	18
9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL).....	19
10. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	20
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	21
12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	22
13. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	23

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Potiguar Sul

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	35.183	36.569
Custos		(3.600)	(4.012)
Custos de operação	4	(3.600)	(4.012)
Lucro bruto		31.583	32.557
Perdas de crédito esperadas	8.1	76	(99)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(1.521)	(1.161)
Lucro operacional		30.138	31.297
Resultado financeiro	5	1.295	2.316
Receitas financeiras		3.300	4.022
Despesas financeiras		(1.990)	(1.687)
Outros resultados financeiros, líquidos		(15)	(19)
Lucro antes dos tributos		31.433	33.613
Tributos sobre o lucro	6.1	(2.250)	(2.520)
Corrente		(2.145)	(2.365)
Diferido		(105)	(155)
Lucro líquido do exercício		29.183	31.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Potiguar Sul

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	29.183	31.093
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	29.183	31.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Potiguar Sul

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	29.183	31.093
Ajustado por:		
Depreciação	45	7
Tributos sobre o lucro	2.250	2.520
Resultado financeiro, líquido	(1.295)	(2.316)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(1.541)	801
Concessão serviço público (ativo contratual)	(3.532)	(4.973)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(368)	(63)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(58)	85
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(401)	(756)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	21	(188)
Outros ativos e passivos, líquidos	139	(135)
Caixa gerado pelas operações	24.443	26.075
Rendimentos de aplicações financeiras	3.148	3.901
Tributos sobre o lucro pagos	(1.430)	(1.647)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	26.161	28.329
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(307)	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(307)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Remuneração paga ao acionista	(36.754)	(33.754)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(36.754)	(33.754)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(10.900)	(5.425)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.766	29.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.866	23.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Potiguar Sul

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.866	23.766
Contas a receber de clientes e outros	8	4.018	2.472
Tributos sobre o lucro a recuperar		37	37
Outros tributos a recuperar		10	9
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	30.616	29.448
Outros ativos		922	329
Total do circulante		48.469	56.061
Não circulante			
Outros tributos a recuperar		369	369
Depósitos judiciais	10.b	2.247	2.099
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	312.139	309.774
Imobilizado		362	205
Intangível		105	-
Total do não circulante		315.222	312.447
Total do ativo		363.691	368.508
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		297	650
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		149	207
Tributos sobre o lucro a recolher		236	194
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	82	222
Dividendos a pagar	11.2.b	7.246	13.385
Outros passivos		1.224	576
Total do circulante		9.234	15.234
Não circulante			
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	10.172	10.066
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	12.937	12.524
Provisões	10	18.996	17.019
Outros passivos		126	7
Total do não circulante		42.231	39.616
Patrimônio líquido			
Atribuído ao acionista da Companhia	11	312.226	313.658
Total do patrimônio líquido		312.226	313.658
Total do passivo e do patrimônio líquido		363.691	368.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Potiguar Sul

	Reservas de lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucro	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	107.036	109.456	5.739	22.542	11.265	57.620	-	-	313.658
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	29.183	-	29.183
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração ao acionista (nota 11.2)	-	-	-	-	-	-	(7.296)	-	(7.296)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	(1.432)	(21.887)	-	(23.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	107.036	109.456	5.739	22.542	11.265	56.188	-	-	312.226
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.036	109.456	5.739	22.542	11.265	34.300	-	25.316	315.654
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	31.093	-	31.093
Destinação do lucro líquido:									
Remuneração ao acionista (nota 11.2)	-	-	-	-	-	-	(7.773)	(25.316)	(33.089)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	23.320	(23.320)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	107.036	109.456	5.739	22.542	11.265	57.620	-	-	313.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 13 de agosto de 2013, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Potiguar Sul”), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da NC Energia S.A. e integrante do Grupo Neoenergia que tem por objeto social principal estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica.

Em 10 de maio de 2013, a Companhia venceu o leilão ANEEL 001/2013 adquirindo o direito de construir e instalar duas entradas de linhas nas subestações Campina Grande III e Ceará-Mirim II e o segundo circuito da linha de transmissão em 500 kV que interliga estas subestações. As instalações se localizam nos Estados da Paraíba e Rio Grande no Norte e a linha possui cerca de 190 km de extensão. O prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado do dia 28/01/2009 e os investimentos realizados foram de R\$ 185.800.

A licença de operação foi emitida pelo IBAMA em 4 de novembro de 2016 e as instalações foram energizadas em 7 de novembro de 2016, passando a ter direito à remuneração a partir desta data.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$34.239 (R\$33.186 para o ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e NOS 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação

do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.2. Gestão de demais riscos associados

(a) Casos fortuitos e de força maior

Os Contratos de Concessão de Transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais.

A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras.

A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(b) Inadimplência Extraordinária

A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis.

Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses.

Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a “Corrida do Ouro”. Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão.

A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da “Corrida do Ouro” ainda estão sendo estudados para deliberação futura

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil geral – operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	13.442
Risco operacional – subestações e usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	13.442
Veículos – operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS *Accounting Standards* (IFRS *Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
8.1	Perdas de créditos esperadas
10	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alteração em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retroarrendamento (' <i>Sale and Leaseback</i> ') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming</i> e/ ou semelhantes, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornam-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS <i>Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	32.707	32.342
Receita de operação e manutenção	4.427	3.739
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	(136)	2.330
Receita operacional bruta	36.998	38.411
(-) Deduções da receita operacional bruta (nota 3.1)	(1.815)	(1.842)
Total receita operacional líquida	35.183	36.569

⁽¹⁾A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
Tributos gerais		
PIS e Cofins – correntes	(1.240)	(1.211)
PIS e Cofins – diferidos	(129)	(191)
	(1.369)	(1.402)
Encargos setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(318)	(315)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(128)	(125)
	(446)	(440)
Total	(1.815)	(1.842)

3.2. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações).

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

- I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.
- II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,0%a.a.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(601)	(426)	(1.027)
Material	(134)	-	(134)
Serviços de terceiros	(2.481)	(487)	(2.968)
Depreciação e amortização	(38)	(7)	(45)
Provisão para processos judiciais	-	(441)	(441)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Potiguar Sul

Impostos, taxas e contribuições	(12)	(14)	(26)
Seguros	(136)	-	(136)
Despesas de viagem	(46)	-	(46)
Outras receitas e despesas, líquidas	(152)	(146)	(298)
Total	(3.600)	(1.521)	(5.121)

	2023		Total
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados	(698)	(523)	(1.221)
Material	(179)	-	(179)
Serviços de terceiros	(2.608)	(374)	(2.982)
Depreciação e amortização	-	(7)	(7)
Provisão para processos judiciais	-	(53)	(53)
Impostos, taxas e contribuições	(38)	(38)	(76)
Despesas de viagem	(40)	(35)	(75)
Outras receitas e despesas, líquidas	(449)	(131)	(580)
Total	(4.012)	(1.161)	(5.173)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.148	3.901
Atualização de depósitos judiciais	147	104
Outras receitas financeiras	5	17
	3.300	4.022
Despesas financeiras		
Encargos sobre mútuo	-	(6)
Atualização de provisões para processos judiciais	(1.955)	(1.631)
Outras despesas financeiras	(35)	(50)
	(1.990)	(1.687)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(15)	(19)
	(15)	(19)
Resultado financeiro, líquido	1.295	2.316

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

6.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e possui como regime de apuração o lucro presumido, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, sendo calculados com base na alíquota de 34% (IRPJ – 25% e CSLL – 9%) sob o regime de apuração.

6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	31.433	33.613
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(10.687)	(11.428)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	8.542	9.063
Outras adições (reversões) permanentes	(105)	(155)
Tributos sobre o lucro	(2.250)	(2.520)
Alíquota efetiva	7%	7%
Corrente	(2.145)	(2.365)
Diferido	(105)	(155)

6.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue:

	2024	2023
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	-	-
Diferenças temporárias:		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(10.172)	(10.066)
Saldo final do exercício	(10.172)	(10.066)
Passivo não circulante	(10.172)	(10.066)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	10.066	9.911
Efeitos reconhecidos no resultado	106	155
Saldo final do exercício	10.172	10.066

6.1.3. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Programa de Integração Social – PIS ⁽¹⁾	2.247	2.215
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social – COFINS ⁽¹⁾	10.371	10.224
Outros	149	127
Outros tributos	12.767	12.566
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	207	142
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	19	17
Taxa de Fiscalização Serviço público de Energia Elétrica – TFSEE	11	11
Ministério de Minas e Energia – MME	10	8
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3	2
Outros	2	-
Encargos Setoriais	252	180
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	13.019	12.746
Circulante	82	222
Não circulante	12.937	12.524

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	-	144
Fundos de investimento	12.866	23.622
	12.866	23.766

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2024	2023
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	12.866	23.622
	12.866	23.622

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	4.144	(126)	4.018	2.674	(202)	2.472
	4.144	(126)	4.018	2.674	(202)	2.472

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Recebível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	4.006	(13)	2.128	(7)
Saldos vencidos:				
90 dias	12	(2)	301	(60)
entre 91 e 180 dias	21	(8)	177	(71)
entre 181 e 365 dias	11	(9)	25	(19)
acima de 365 dias	94	(94)	43	(45)
	4.144	(126)	2.674	(202)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(202)	(115)
Adições	(244)	(107)
Reversões	320	7
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	-	13
Saldo final do exercício	(126)	(202)

8.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 13.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Saldo do ativo contratual	342.755	339.222
Circulante	30.616	29.448
Não circulante	312.139	309.774

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	339.222	333.993
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(29.540)	(28.483)
Remuneração do ativo contratual	32.707	32.342
Adições e remensuração do ativo contratual	366	1.370
Saldo final do exercício	342.755	339.222

9.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisão para processos judiciais	18.996	17.019
Total	18.996	17.019
Passivo não circulante	18.996	17.019

10.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	17.019	15.665
Adições e reversões, líquidas	22	(277)
Atualizações monetárias	1.955	1.631
Saldo final do exercício	18.996	17.019

b) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	2.247	2.099
Total	2.247	2.099

10.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$107.036, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 232.932.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações Qtde.	%	R\$
NC Energia S.A.	232.932	100%	107.036
Total	232.932		107.036

11.2. Remuneração do acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	29.183	31.093
Reserva legal (11.3.a)	-	-
Lucro líquido ajustado	29.183	31.093
Parcela realizada dos dividendos adicionais propostos de 2022	-	25.316
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(21.887)	(23.320)
Lucro líquido a distribuir	7.296	33.089
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	7.296	7.773
Dividendos adicionais propostos	23.319	25.316
	30.615	33.089
Natureza da remuneração		
Dividendos mínimos obrigatórios	7.296	7.773
Dividendos adicionais propostos	23.319	25.316
	30.615	33.089
	0,13	0,14

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AROCA de 06 de fevereiro de 2024	Dividendos mínimos obrigatório	7.773	0,03
AROCA de 06 de fevereiro de 2024	Dividendos adicionais propostos	23.320	0,10
		31.093	0,13
2023			
AGO de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatório	8.439	0,04
AGO de 28 de abril de 2023	Dividendos adicionais propostos	25.316	0,11
		33.755	0,15

A remuneração a pagar ao acionista está apresentada como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Potiguar Sul

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	13.385	14.051
Dividendos distribuídos ⁽¹⁾	30.615	33.089
Pagos no exercício	(36.754)	(33.755)
Saldo final do exercício	7.246	13.385

11.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A reserva legal, acrescida do montante de reservas de capital, excede o limite de 30% do capital social da Companhia, de acordo com o § 1º do artigo 193 da Lei 6.404/1976, razão pela qual não é mais constituída.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação.

d) Reserva de capital

Refere-se à contribuição feita pelo subscritor da ação que ultrapassa o valor nominal da mesma, desta forma, o valor excedente deve ser considerado como reserva de capital.

e) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

11.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

12.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Ativo		
Contas a receber e outros ^(a)	678	238
	678	238
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	50	40
Dividendos a pagar ^(b)	7.246	5.612
Compartilhamento de pessoal	52	54
	7.348	5.706

12.2. Transações com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida ^(a)	3.790	4.073
Custo dos serviços	(373)	(402)
Despesas gerais e administrativas	(426)	(588)
	2.991	3.083

12.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 anos	2048	426	1.230
(a)	Neoenergia Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2048	75	673
(b)	NC Energia S.A	Dividendos	N/A	N/A	2025	(7.426)	-

12.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador NC Energia S.A.

13. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.866	144	23.622
Contas a receber de clientes e outros	4.144	-	2.674	-
Outros ativos financeiros	690	-	2	-
	4.834	12.866	2.820	23.622
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	297	-	650	-
Outros passivos financeiros	1.018	-	435	-
	1.315		1.085	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

13.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado

utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 13.6 – análise de sensibilidade.

13.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	12.866	23.622
	12.866	23.622

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

13.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

13.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
- Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas

circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

13.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024..

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	12.866	1.563	(234)	(469)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANA TERESA LAFUENTE GONZÁLEZ
Presidente

Titulares

SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO
FULVIO DA SILVA MARCONDES MACHADO
LEONARDO PIMENTA GADELHA

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabio Dias Folchetti
Diretor de Gestão de Pessoas

Fabiano Carvalho Rosa
Diretor de Regulação

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - parte, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.873.542/0001-71, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.22, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31.12.2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2024.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor Presidente

Fábio Dias Folchetti

Diretor de Gestão de Pessoas

Fabiano da Rosa Carvalho

Diretor de Regulação

Luciana Maximino Maia

Diretora de Planejamento e Controle

Renato de Almeida Rocha

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores